

# **O *Buen Vivir* no Equador: teria um conceito teórico convertido em princípio constitucional se refletido em mudança estrutural para o desenvolvimento?**

*Rodolfo Vaz Oliveira Aguiar*<sup>1</sup>

*Cristina Fróes de Borja Reis*<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é investigar a dinâmica econômica recente no Equador considerando os desafios assumidos com a adoção como princípio constitucional de um ideal de sustentabilidade ecológica, advindo dos povos originários da América Latina: o *Buen Vivir*. O processo histórico que consagrou esse conceito fez a experiência equatoriana se destacar na história da onda progressista na América do Sul. A planificação econômica definiu como dimensão fundamental a necessidade de diversificar a estrutura produtiva. No entanto, as condições de dependência da extração petrolífera apresentaram uma situação objetiva de financiar políticas de redução de desigualdades com a intensificação dessa atividade. O presente trabalho buscou compreender esse processo percorrendo a trajetória teórica desde o estruturalismo até o *Buen Vivir*, analisando as principais propostas dos planos econômicos do Equador no período do governo de Rafael Correa e analisando a dinâmica da economia nesse período, considerando a complexidade das exportações, composição industrial do valor adicionado, bioeconomia, variáveis macroeconômicas relevantes e de produtividade material. Concluiu-se que a evolução da economia equatoriana não possibilitou o desenvolvimento segundo os parâmetros do *Buen Vivir*.

## **ABSTRACT**

The aim of this study is to investigate the recent economic dynamics in Ecuador considering the adoption - as a constitutional principle - of an ecological and sustainable ideal, originated from the indigenous peoples of Latin America: the *Buen Vivir*. The historical process that enshrined this concept made the Ecuadorian experience stand out in the history of the progressive wave in South America. The economic planning defined a fundamental dimension the need to diversify the productive structure. However, the conditions of dependence on oil extraction presented an objective situation of financing inequality reduction policies by intensifying this activity. The present work aimed to understand this process by going through a theoretical background from structuralism to *Buen Vivir*, analyzing the main proposals of Ecuador's economic plans during the period of Rafael Correa's administration, and analyzing the dynamics of the economy during this period, considering the complexity of exports, industrial composition of value added, bioeconomy, relevant macroeconomic variables, and material productivity. It was concluded the evolution of the Ecuadorian economy did not enable development according the parameters of *Buen Vivir*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento, Sustentabilidade, *Buen Vivir*, Mudança Estrutural, Equador.

**KEYWORDS:** Development, Sustainability, *Buen Vivir*, Structural Change, Ecuador.

## **SESSOES ORDINARIAS:**

10. Área Especial: Economia Política da Agropecuária e da Mineração

6. ESPAÇO E MEIO AMBIENTE NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências e Humanidades e mestrando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC). rodvaz88@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC). Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). cristina.reis@ufabc.edu.br

## Introdução

A história da onda progressista na América do Sul no início do século XXI teve no Equador uma tentativa para assentar marcos autênticos na relação do desenvolvimento econômico com o meio ambiente. A ascensão do *Alianza País*, liderado por Rafael Correa, ocorreu em 2006 num contexto de profunda crise social e institucional que levou à mobilizações frente a um descontentamento generalizado. O protagonismo de organizações indígenas e ecológicas possibilitou uma aliança entre forças progressistas e povos originários expressa no esforço para realizar uma Assembleia Constituinte para refundar, recuperar e transformar a capacidade institucional do Estado baseado em um paradigma que reconhece os direitos da natureza, o *Buen Vivir* (BV). No entanto, a assunção normativa da sustentabilidade e dos saberes ecológicos podem não se converter em *práxis* e se mostrar insuficiente para engendrar a dinâmica de mudança estrutural. A proposta deste artigo é entender o princípio constitucional do BV e analisar as contradições que se apresentaram na definição de planos econômicos com base neste princípio e a evolução da matriz produtiva e comercial entre 2007 e 2020 no Equador.

A situação da estrutura produtiva equatoriana e a necessidade de superar um modelo de acumulação historicamente excludente e baseado no setor primário exportador de petróleo motivaram a elaboração de planos de desenvolvimento. Como proposta alternativa e reconhecia a necessidade de estabelecer parâmetros para planificação, monitoramento e avaliação do *Buen Vivir*, foi definido que isso fosse feito através de seis dimensões básicas: (i) a diversificação produtiva e segurança econômica; (ii) acesso universal a bens superiores (saúde, educação, trabalho digno e moradia); (iii) igualdade social; (iv) participação social; (v) diversidade cultural; (vi) sustentabilidade (SENPLADES, 2013).

Diante da estratégia definida nos planos de desenvolvimento para o *Buen Vivir* visando a mudança de matriz produtiva, indaga-se o quanto contribuíram para a superação da heterogeneidade estrutural e para os objetivos do *Buen Vivir*? A hipótese é que a evolução da economia equatoriana não possibilitou o desenvolvimento tal como definido nas formulações originais de *Buen Vivir*. Para investigar esta hipótese e cumprir os objetivos de aprofundar o entendimento sobre o princípio constitucional do BV e de analisar a dimensão da diversificação produtiva, realiza-se uma breve revisão teórica do estruturalismo latino-americano e da literatura sobre o BV, procurando estabelecer relações entre as abordagens na seção 1. A segunda seção faz uma breve contextualização e apresenta os marcos constitucionais e principais propostas dos planos econômicos para a mudança da matriz produtiva. Por fim, na apresentação da trajetória da economia equatoriana, analisa-se criticamente as possibilidades de incorporação dos saberes locais aos paradigmas econômicos da região. Sendo temática complexa, a economia do desenvolvimento tem ampliado os conceitos e indicadores de

inclusão e sustentabilidade, por isso a análise estrutural da dinâmica do capitalismo contemporâneo e periférico nesta seção busca incorporar a complexidade das exportações (Atlas da Complexidade Econômica), composição industrial do valor adicionado e do emprego (UNIDO), variáveis macroeconômicas pertinentes (Banco Central do Equador) e produtividade material (plataforma MATERIALFLOWS). As evidências apontam conclusões importantes sobre as estratégias de desenvolvimento para o Equador e para a América Latina com relação à passagem do plano das ideias para o das normas legais e, deste, para a economia real.

## 1.[Do desenvolvimento ao *Buen Vivir*]

### 1.1 Desenvolvimento e subdesenvolvimento na Periferia

O economista equatoriano García-Alvarez (2016) afirma que os enfoques sobre o desenvolvimento econômico variam desde visões muito restritas relacionadas com o crescimento econômico a visões mais amplas relacionadas com o capital humano, desenvolvimento sustentável, capital social, entre outros. Historicamente, as enormes discrepâncias entre os países em relação ao desenvolvimento econômico levaram ao estudo da dinâmica entre as economias na divisão internacional do trabalho. Após a II Guerra Mundial, a chamada Economia do Desenvolvimento buscou entender as especificidades enfrentadas pelas nações subdesenvolvidas, sendo que nessas mesmas se desenvolveram diversas escolas de pensamento voltadas à compreensão do “atraso” em relação aos países industrializados.

A industrialização das regiões subdesenvolvidas seria o “*meio* para alcançar uma distribuição de renda mais equitativa entre diferentes partes do mundo pela elevação da renda nessas regiões”, de acordo com Rosenstein-Rodan (1943), um dos pioneiros da Economia do Desenvolvimento.

O trabalho cepalino<sup>3</sup> desse período caracterizou o método “histórico-estrutural” como o que examina as especificidades produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional dos países da América Latina e Caribe, em contraposição ao Centro, desde sua perspectiva de transformação à médio e longo prazo (BIELSCHOWSKY, 2009). Em geral, o nível, o crescimento e a qualidade do investimento produtivo estão no núcleo da explicação sobre as trajetórias de desenvolvimento. Na dinâmica da relação centro-periferia, Prebisch (1949) identificou que coube à América Latina produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Contrariamente à teoria das vantagens comparativas, constatou que a relação de preços entre bens manufaturados e primários se dá em sentido inverso. Da série histórica da evolução dos preços de produtos primários e de bens finais de 1876 a 1947, o autor demonstrou o processo de deterioração dos termos de intercâmbio. Em

---

<sup>3</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 e é uma das comissões regionais das Nações Unidas. Constituiu-se como centro intelectual com enfoque analítico próprio e se tornou “a principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana” (BIELSCHOWSKY, 2000)

outras palavras, a razão entre o preço dos produtos primários e dos manufaturados foi, historicamente, decrescente, privando a periferia de participar dos avanços de produtividade alcançados pelo desenvolvimento técnico das economias centrais (MEIRELES, 2014).

O desdobramento foi um ganho maior nos níveis de renda nos países centrais, seja na fase ascendente quando as massas desses países podem conquistar aumentos salariais, seja na descendente quando podem defender seu padrão de vida. A consideração de que o progresso técnico aumentou a produtividade e elevou a renda dos empresários e dos fatores produtivos complementa a tese, de forma que se evidenciou que “a renda dos empresários e dos fatores produtivos, nos centros industriais, cresceu mais do que o aumento da produtividade, e na periferia, menos do que seu aumento correspondente” (PREBISCH, 1949 [2000], p.83). Sem aumentar a produtividade no setor exportador e sem a diversificação dos investimentos resultantes do processo de acumulação, os países latino-americanos ficariam mais dependentes do modelo de crescimento primário-exportador que perpetuaria e aumentaria o atraso em relação às nações industrializadas do centro.

A partir dos temas básicos apresentados, as primeiras décadas do pensamento da CEPAL se caracterizaram por: (i) período 1948-60 identificou a deterioração dos termos de troca, desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos e a questão da integração regional, apresentando propostas de industrialização substitutiva como marco de ação; (ii) nos anos 1960<sup>4</sup> abordou-se a dependência e a política de redução da vulnerabilidade na periferia, tendo as reformas de base (como a reforma agrária) como guia de ação; (iii) anos 1970 ficaram conhecidos pelas discussões sobre estilos de crescimento por conta das relações de dependência e endividamento que sinalizavam problemas vindouros, daí a necessidade de estilo que levasse à homogeneidade social; e (iv) nos anos 1980 a asfixia financeira devido aos choques externos trouxe o tema da dívida para o centro das atenções através de políticas de renegociar o ajuste com crescimento econômico (BIELSCHOWSKY, 2000).

Como observam Cardoso e Reis (2018), o contexto que originou essa literatura possui um caráter mais reformista com maior influência do pensamento de Keynes. Mas foi Kalecki (1960) que analisou como o problema do emprego tem natureza distinta nos países subdesenvolvidos. Para ele, resultam mais de problemas no lado da oferta no mercado de trabalho do que de debilidades do lado da demanda efetiva. O problema crucial dos países subdesenvolvidos seria aumentar o investimento buscando expandir a capacidade produtiva, de forma que para superar os obstáculos ao incremento do nível de investimento, seria preciso planejar seu volume e estrutura (CARDOSO, 2018).

Esta transformação qualitativa seria fundamental também para superar a dinâmica de

---

<sup>4</sup> Foi nesse período que surgiu a análise que vinculava a pobreza e a distribuição desigual da renda ao aumento das disparidades em matéria de produtividade e remuneração do trabalho entre pessoas, setores e regiões. Assim se originou o conceito de heterogeneidade estrutural, que tinha como argumento central que a oferta abundante de mão de obra era acompanhada de uma lenta expansão da sua demanda por causa do escasso ritmo de crescimento do investimento e predomínio da elevada intensidade do capital (BIELSCHOWSKY, 2009).

causação circular da pobreza, identificada por Myrdal (1957). O autor define um país como subdesenvolvido quando os estímulos realizados pouco resultam em aumento substancial e contínuo da demanda, renda, investimentos e produção. Furtado (1974) relacionou o subdesenvolvimento com a dependência, afirmando que com a pressão pela renovação dos padrões de consumo no centro mantém-se a tendência à concentração da renda nos países subdesenvolvidos, com reflexos nas estruturas sociais que aprofundam a relação de dependência.

Nos anos 1990, na fase do neoestruturalismo (FAJNZYLBER, 1990), o pensamento cepalino reposiciona-se no debate ideológico diante das reformas institucionais do mundo neoliberal, ainda que se opondo aos elementos centrais do Consenso de Washington. Segundo Bielschowsky (2009), as cinco principais novidades analíticas foram: (i) avaliação das reformas dos anos 1990, que ocasionaram estabilidade econômica e dinamismo exportador, mas foi ao mesmo tempo uma época de econômico instável e decepcionante, diversificação das exportações insuficientes e estratégias industriais frágeis em relação às empresas nacionais; (ii) a adoção de uma agenda para a era global, que reafirmava a importância dos bens públicos, correção das assimetrias mundiais e incorporação de uma agenda social internacional; (iii) o enfoque na institucionalidade democrática e cidadã; (iv) a fusão dos enfoques estruturalistas e schumpeteriano, onde seria preciso reorientar a modalidade produtiva e exportadora para bens de maior conteúdo tecnológico e agregar valor mediante cadeias setoriais de maior envergadura; e (v) as políticas macroeconômicas anticíclicas frente à volatilidade financeira, com foco na estabilização do sistema econômico e na dinâmica da atividade econômica.

O diagnóstico central na fase neoestruturalista consiste na competitividade sistêmica reduzida e na especialização produtiva centrada em bens de baixo valor agregado. O lema da CEPAL passou a ser a “transformação produtiva com equidade”, numa forma de traduzir a necessidade de um processo de mudança que também pudesse reduzir as desigualdades. A ideia de regionalismo aberto aparece como orientação para melhorar a inserção internacional da região, através da formação de uma interdependência a nível regional com acordos de integração e abertura para aumento da competitividade dos países da região (CEPAL, 1994). Essa ideia foi parte de uma série de iniciativas de integração característica da globalização dos anos 1990, onde a liberalização é um fim em si mesmo através da formação de uniões aduaneiras e mercados comuns, “sem qualquer discussão mais ampla sobre complementaridades estruturais e industrial” (MEDEIROS, 2008).

Vale citar o processo de integração andina, em que o Equador foi um dos países a patrocinar a *Nueva Arquitectura Financiera Regional* (NAFR), projeto de integração financeira com três pilares: o *Banco del Sur*, o *Fondo Común de Reservas del Sur* e o *Sistema unitário de Compensación Regional de Pagos* (SUCRE). A iniciativa integra os países da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), Equador, Bolívia, Venezuela, Cuba e Nicarágua, e tinha no SUCRE uma ferramenta para facilitar o comércio entre países aproveitando complementariedades produtivas e desacoplando do dólar

(MONTALVO; FALCONÍ, 2016). Por outro lado, o projeto de integração regional brasileiro<sup>5</sup>, que ocorria via empreendimentos de infraestrutura capitaneados pelas empreiteiras brasileiras, evitava aderir à integração andina por conta da liderança venezuelana na ALBA (DOS SANTOS, 2018). Com a dificuldade para ampliar as iniciativas de integração andina para todo o subcontinente de forma a aumentar o fluxo comercial regional e diversificar as exportações (JARAMILLO et al., 2014), alguns autores interpretam que os governos progressistas seguiram uma ideia de progresso fetichizada e tecnocrática em lugar de fortalecer processos comunitários (ACOSTA; GUIJARRO, 2016),

A questão da sustentabilidade ambiental apareceu com relevância na CEPAL a partir dos relatórios do Clube de Roma. A orientação seria por um modo de desenvolvimento em que cada país da região assumisse estratégias de luta contra a pobreza e desigualdade e conservação do meio ambiente (BIELSCHOWSKY, 2009). Depois da elaboração da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ganhou espaço na agenda cepalina o “Big Push Ambiental”. Inspirado na teoria de Rosenstein-Rodan originalmente e num keynesianismo ambiental global, representa uma articulação coordenada de políticas a alavancar investimentos para um ciclo de crescimento que gere emprego e renda, reduza as brechas estruturais e promova a sustentabilidade. A fusão agora resulta na adoção de três tipos de eficiência: keynesiana, schumpeteriana e ambiental (GRAMKOW, 2019).

O keynesianismo ambiental global caracteriza-se pela coordenação internacional e multilateral para expansão sustentada do investimento, com base em políticas fiscais facilitadoras de projetos de baixo carbono e de maior eficiência energética. O “Big Push Ambiental” é a contrapartida em âmbito nacional, sendo os investimentos seu componente mais importante pelo seu potencial dinamizador e transformador da estrutura produtiva. Os investimentos caracterizam-se pela complementaridade entre investimento público e privado e entre setores como educação e tecnologia, além da expansão de mercados para bens menos intensivos em carbono e recursos naturais. Nesse esquema, os mecanismos para o investimento auxiliam a reversão do viés recessivo da demanda global, possibilitando aos países a mitigação das desigualdades e das alterações climáticas (ibid.).

## **1.2 O *Buen Vivir* e suas perspectivas teóricas**

Enquanto teóricos do desenvolvimento latino-americano focaram nas questões materiais da mudança estrutural e do crescimento econômico, outros dedicaram-se a ampliar a discussão conceitual de aspectos epistemológicos relacionados às instituições socioculturais da região.

“As definições de desenvolvimento refletem duas posições que, em princípio, parecem estar ligadas. A primeira é o desenvolvimento como um processo

---

<sup>5</sup> A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi constituída no governo de Fernando Henrique Cardoso como mecanismo institucional de coordenação de ações na América do Sul, referenciado no regionalismo aberto. O projeto foi incorporado durante o governo Lula ao Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), nos marcos da constituição da Unasul. O objetivo era dar um sentido político diverso nos marcos da nova liderança brasileira, e se deu através da estratégia das empresas “campeãs nacionais” (DOS SANTOS, 2018)

histórico de formação de uma economia capitalista que é, por definição, moderna e industrial. A segunda é a noção de desenvolvimento baseado na melhoria das condições de vida e do bem-estar geral. O problema é que para uma grande parte da humanidade não houve possibilidade de se beneficiar da modernização capitalista, ao contrário, os problemas de sustentabilidade estão se tornando cada vez mais esmagadores, como expresso pelos problemas da mudança global contemporânea, tais como: como a fome, a pobreza e a destruição ambiental.”(GARCIA ÁLVAREZ, 2016, p.23, tradução dos autores)

Sob perspectiva crítica das abordagens individualista-metodológicas sobre o conceito de bem-estar, este pode ser entendido como resultado de um processo dinâmico e relacional. A dimensão coletiva do bem-estar se fundamenta em: (i) seguridade humana; (ii) bens públicos, a partir das definições e prioridades de cada sociedade; (iii) capital social; e (iv) desenvolvimento de capacidades coletivas (ÁLVAREZ,2016). Mais além, o bem-estar é uma categoria de análise com alto grau de subjetividade, relacionado ao entendimento de cada povo sobre as condições materiais e espirituais que o faz sentir-se bem. No caso do Equador e de algumas localidades da América Latina, o conceito de *Buen Vivir* parece capaz de aproximar bastante a ambição intelectual de definir o desenvolvimento a partir das melhorias de condições de vida desejadas pela própria comunidade.

No Equador, o BV procede da tradução e adaptação do conceito indígena kichwa de *sumak kawsay*, originalmente entendido como “vida límpida e harmônica” (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2018). Em Bolívia, procede do termo aymara *suma qamaña* e é traduzido como “*Vivir Bien*”. Consagrado nas constituições de Equador e de Bolívia nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, causou importante impacto no âmbito da Economia do Desenvolvimento. Para alguns autores, isso permite conformar uma Economia Política do BV como uma proposta alternativa ao desenvolvimento, surgida desde o pensamento ancestral dos povos originários (GUEVARA; CAPITÁN; ÁLVAREZ, 2016). Dávalos (2008) afirma que o BV aparece como nova condição de contratualidade política, jurídica e natural. Enquanto a teoria econômica vigente segue o paradigma cartesiano do homem em relação de domínio da natureza, compreendendo-a desde um âmbito externo à história humana, o BV incorpora a natureza na história, nem como fator produtivo ou força produtiva, mas sim como parte inerente ao ser social (DÁVALOS, 2008).

Sistematizando os pontos comuns gerais ao redor dos diversos entendimentos, temos: (i) a redefinição do bem-estar e qualidade de vida; (ii) a redefinição das relações humanas com a natureza, mediante um conceito de harmonia não limitada ao conceito de sustentabilidade; (iii) a crítica aos modelos lineares de desenvolvimento que visam essencialmente o crescimento econômico; e (iv) o reconhecimento do valor das culturas e conhecimentos originários, conjuntamente com a soberania nacional e regional em face ao projeto modernizante ocidental (EGUILUZ; ETXANO, 2017). Em relação às diferenças, são reconhecidas na literatura três correntes ao redor do BV: a Indígena/culturalista, a Ecologista/Pós-desenvolvimentista e a Socialista/Ecomarxista.

A interpretação indigenista/culturalista atribui relevância central à autodeterminação dos

povos indígenas e à preservação da identidade e dos elementos espirituais da cosmovisão andina (como a noção de *Pachamama*<sup>6</sup> e outras divindades). Huanacuni (2010) elenca que o reconhecimento às aspirações dos povos originários a ter o controle de suas próprias instituições e formas de vida, assim como seu próprio desenvolvimento econômico, mantendo suas tradições dentro dos Estados em que vivem, está expresso em convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Sobre o desenvolvimento, esta corrente concebe o BV como uma alternativa ao desenvolvimento, criticando a ideia de progresso alinhada ao desenvolvimento e ressaltando que a marcha do paradigma ocidental chegou ao limite com os efeitos devastadores na relação com a natureza, sobretudo nos países desenvolvidos. Assim, a prioridade não seria mais o desenvolvimento, e sim buscar a reversão do dano causado. Outro tópico crítico ao desenvolvimento é o das relações comerciais às quais os povos indígenas e originários acabam por ser obrigados a se inserir, rompendo seus tradicionais sistemas de intercâmbio de produtos (ibid.). Os povos amazônicos têm uma dinâmica própria de assimilação e participação nos intercâmbios tradicionais, numa lógica diferente da economia de mercado. Na relação com esta última, sendo mão de obra ou provedores de matéria prima, não prevaleceu a reciprocidade e sim uma relação de exploração extrema. Para Escobar (2011), a economia política ilustra aspectos do capitalismo globalizado, mas tem se mantido inerte ao tratar de formas de diferenciação econômica que poderiam ser ecologicamente sustentáveis.

A corrente pós-desenvolvimentista<sup>7</sup> tem como centro da sua teoria a sustentabilidade forte<sup>8</sup>, propondo passar do antropocentrismo ao biocentrismo via reconfiguração da organização social e dos modos de produção e distribuição (EGUILUZ; ETXANO, 2017). O pós-desenvolvimentismo defende a superação das formas de pensamento modernas e eurocêntricas, questiona os discursos, a institucionalidade e as práticas próprias do que viria a ser chamado *ideologia do progresso* (ibid.). Propõe a construção de espaços onde a categoria desenvolvimento deixe de ser o princípio central de organização da vida econômica e social, questionando a preeminência do crescimento econômico (ESCOBAR, 2010). Opõe-se à concepção moderna de progresso e de bem-estar material e utilitarista, defendendo a convivência modelos diferentes de organização social, de bem estar material e

---

<sup>6</sup> O conceito *Pachamama* é muito presente entre os povos originários andinos e que numa tradução simples seria “Mãe Terra”. Todavia, envolve entendimentos mais abstratos, com o foco da expressão voltado à relação do movimento materno do universo vivo aos seus frutos e riquezas, envolvendo todos os seres, e não no ser ou ter. “A centralidade é no **movimento** da vida, com sua fortuna e magnificência, e como isso ocorre sem nosso entendimento em um cosmo inter-relacionado” (MORAES; MORAIS, 2020, grifo no original). A cosmovisão, ou visão cósmica, é uma forma de ver, sentir, perceber e projetar o mundo que essas culturas originárias têm (HUANACUNI, 2010).

<sup>7</sup> O pós-desenvolvimento é uma corrente de pensamento com raízes na sociologia e na antropologia, além dos pós-estruturalistas franceses..

<sup>8</sup> A distinção natural entre a sustentabilidade fraca e forte é a comparabilidade “forte” e “fraca” (ou incomparabilidade) de valores. Na economia ambiental, a microeconomia aplicada ao trato das externalidades ambientais, há uma comparabilidade forte de valores quando se internalizam essas externalidades no sistema de preços. A sustentabilidade forte refere-se à conservação dos recursos e serviços do ambiente natural, avaliados através de uma bateria de indicadores físicos, implicando numa comparabilidade fraca de valores (MARTÍNEZ-ALIER, 2007)

imaterial, fundamentado nas capacidades humanas e em uma dimensão coletiva (ibid.).

Uma proposta ligada ao pós-desenvolvimento na América Latina é o pós-extrativismo, que critica a exploração de recursos naturais e os problemas socioeconômicos, políticos e ecológicos acarretados. Posiciona-se pela superação dos modelos, conceitos e práticas de “desenvolvimento” (e, conseqüentemente, do dualismo “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”). Como conceito em construção, os autores dessa corrente também partem do BV como uma ideia que emerge desde o mundo andino com contribuições elaboradas mundo afora, como o decrescimento<sup>9</sup>. Assim, oferecem uma ancoragem histórica no mundo indígena e em princípios defendidos por outras correntes do pensamento ocidental (GUDYNAS; ACOSTA, 2011).

Gudynas (2016) apresenta componentes para uma transição às sociedades do BV, que seriam sociedades do pós-extrativismo: (i) do “extrativismo predador” ao “sensato”, usando normas sociais e ambientais cumpridas, controles efetivos e rigorosos, internalizando impactos via desenvolvimento tecnológico; (ii) o próximo estágio seria um “extrativismo indispensável”, permanecendo ativos os empreendimentos essenciais para as necessidades nacionais e regionais dentro de um escopo de sustentabilidade. Essas condições de transição viabilizam uma posição em relação à matriz produtiva vigente, pois assume-se a necessidade de compreensão do estágio de dependência que as economias do Sul Global se encontram em relação a atividade exportadora de bens primários.

Medidas concretas para esses cenários seriam: (i) revisão da situação de empresas petrolíferas que desrespeitem normas ambientais; (ii) correção dos preços dos produtos extrativistas buscando incorporar externalidades negativas; (iii) retirada de subsídios estatais, como o concedido aos combustíveis fósseis no Equador, e outros como os que preveem exonerações tributária; (iv) alterações necessárias na política tributária que possam garantir resultados positivos na balança de pagamentos. Outra proposta é a coordenação sob a forma do “regionalismo autônomo”, uma coordenação nos setores agroalimentares de países sul-americanos para romper a dependência global e alimentar das populações, além da prioridade na execução da soberania energética na integração regional. Contrapõe-se ao “regionalismo aberto” assumido pela CEPAL (ibid.).

A vertente denominada “socialista ou ecomarxista” adere ao BV incorporando a dimensão comunitária da vida econômica e a superação da dominação da natureza concebida pela modernidade. Porém, seu foco é na crítica às estruturas socioeconômicas do capitalismo enquanto sistema político que rege o mundo, e não sobre os paradigmas do mundo ocidental. Essa assunção anticapitalista os permitiria ir mais além da reivindicação por um pós-extrativismo, que seria um meio para mudanças radicais nessas estruturas (QUANG; VERCOUTÉRE, 2013).

---

<sup>9</sup> O conceito de decrescimento tem origem europeia e possui fontes antropológicas, na crítica antiga da economia e da modernidade, e ecológicas, baseadas na influência do relatório do Clube de Roma sobre os limites do crescimento econômico. Latouche (2009) o concebe como *slogan* político que visa abandonar o objetivo de crescimento ilimitado.

Uma versão dessa visão está no trabalho de Ramírez (2010) sobre o “socialismo do *Sumak Kawsay*” ou “biossocialismo republicano”. O ponto de partida é o biocentrismo defendido na nova Constituição e a visão da economia ecológica que concebe a economia como um sistema fechado, algo fundamental para diferenciar a visão clássica de desenvolvimento e a visão do *Buen Vivir*. O entendimento do BV é vê-lo como um processo de satisfação das necessidades, conquista de qualidade de vida e morte digna e prolongamento das culturas e da biodiversidade, configurando um pacto de convivência pós-socialista. Um dos dinamizadores da relação Estado-Sociedade é a economia social e solidária, que demandaria mudar o monopólio dos meios de produção da sociedade de mercado, compartilhando os direitos de propriedade com os trabalhadores em cooperação em todo o processo produtivo. Nessa visão, a biodiversidade deve ser usada como vantagem competitiva através da conservação e construção de uma indústria da “bio-nano-tecnologia” e de uma “biópolis”, sociedade do bioconhecimento, de serviços ecoturísticos e produtos agroecológicos.

## **2: BV no Equador: de conceito teórico a princípio constitucional incorporado em planos de desenvolvimento**

A fase conhecida como nacional-desenvolvimentista no Equador contou com dois marcos processuais fundamentais: (i) a reforma agrária de 1964 e de 1973; e (ii) a substituição de importações, que só foi ocorrer a partir de 1972 quando o país passou a receber investimentos para a exploração do petróleo, cuja exportação trouxe novas expectativas ao país, vide o crescimento de mais de sete vezes do PIB e de treze vezes das exportações até o ano de 1981 (ACOSTA, 2006).

Com o apogeu do petróleo o Equador obteve créditos inéditos, capitais que se associaram aos interesses capitalistas nacionais num ciclo de mudanças sociais significativas. Essa disponibilidade de recursos da renda petroleira afiançou o endividamento externo e permitiu o fomento industrial, porém às custas de um aumento em mais de vinte vezes da dívida externa entre 1971-81 (ACOSTA, 2006). Houve um salto do país a novos níveis de atividade econômica e de renda, mas não uma mudança substancial em termos da distribuição da renda (MEIRELES, 2014). O que se viu foi um modelo de substituição de importações parcializado e atrasado que resultou na defesa de interesses de grupos específicos sem constituir ou conceber um projeto nacional real.

O escalonamento da crise da dívida em toda América Latina levou o país a assinar a carta de intenções com o FMI em 1983, onde se deu o tom do ajuste com as garantias de pagamento do serviço da dívida (ibid.). O Estado cede posições na exploração petrolífera e segue as diretrizes do “Consenso de Washington” e as orientações dos órgãos multilaterais. Entre as medidas adotadas estava a “sucretização” da dívida externa privada quando quase da totalidade da dívida externa do setor privado se converteria em dívida do setor público, ficando mais delicada a posição financeira do Estado equatoriano, revelando um dos caminhos ao trágico destino do sistema financeiro equatoriano

(ACOSTA, 2006).

As reformas do ajuste dos anos 1990, aplicadas intensamente a partir do governo Sixto Durán (1992-1996), aumentaram o grau de abertura da economia com escasso poder de negociação comercial. Três elementos conjunturais externos contribuíram para a gestação da crise financeira: (i) os danos causados pelo fenômeno “*El niño*”; (ii) os efeitos da crise financeira internacional; (iii) queda acentuada do preço do petróleo no mercado mundial, em 1998. Finalmente, a desregulamentação do sistema financeiro beneficiou o setor bancário privado com a continuidade da “sucretização” da dívida e planos de resgate de instituições financeiras (ibid.). Com a posição fiscal deteriorada e grande desvalorização do sucre, o governo de Jamil Mahuad (1998-2000) decretou abruptamente a dolarização da economia, coroando a deterioração do sistema financeiro nacional durante a década de 1990. A dolarização da economia equatoriana acentuou tendências de estrangulamento do balanço de pagamentos, aumentando a dependência de fluxos de crédito do exterior para financiar o investimento público e privado, além de ter a gestão da liquidez e a administração de políticas anticíclicas totalmente dependentes das decisões do Federal Reserve (FED) (MEIRELES, 2014).

O impacto da regressão social e do estado de extrema fragilidade institucional do período neoliberal afetou os canais de representação tradicionais, como a organização do movimento operário com menor número de trabalhadores filiados aos sindicatos, reflexo da precarização das relações de trabalho. As organizações indígenas ganharam força através da *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE) e de um partido político próprio, o *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik* (MEIRELES, 2014; DOS SANTOS, 2018). Foram protagonistas nas mobilizações contra os governos dos anos 1990, mas suas expectativas foram renovadas vezes frustradas com a adesão da política econômica neoliberal à agenda de ajuste do Consenso de Washington e FMI.

Rafael Correa emerge como ministro da Fazenda no mandato de Alfredo Palacio (2005-07), exibindo um discurso crítico ao neoliberalismo. Sua candidatura à presidência foi apoiada por organizações de esquerda e pelo Pachacutik<sup>10</sup>, sendo eleito presidente sem apoiar candidatos ao parlamento, buscando dialogar com o rechaço aos partidos tradicionais. O Alianza País convoca uma Assembleia Constituinte que foi viabilizada também com a participação de forças tradicionais (MUÑOZ JARAMILLO et al., 2014). Realizada em Montecristi, recebe diversas propostas de movimentos e organizações sociais, ganhando terreno a proposta de consagração de direitos da

---

<sup>10</sup> Dos Santos (2018) argumenta ser um equívoco associar continuidade entre o protagonismo das organizações indígenas e sociais com a vitória de Correa, considerando a interpretação de Davalos (2016) a respeito da estratégia do Alianza País de “cidadanização da política”. Ao buscar o apoio da classe média desacreditada com o sistema político, o novo partido cultivou distância com movimentos sociais e o Pachacutik (principalmente após o desgaste político com a entrada deste no governo Gutiérrez). Ter-se-ia utilizado da história de resistência e mobilização social dessas organizações como movimentação tática para consolidação de uma vitória eleitoral e legislativa para a Constituinte.

Natureza através do BV. Divergências sobre a necessidade de consentimento prévio das comunidades para a exploração de recursos naturais estremece a relação política entre Correa e Alberto Acosta, então presidente da Assembleia que renuncia a pedido do primeiro. As correntes ecologista e indigenista defendem uma atuação decisória mais horizontal e passam a ter uma postura crítica ao presidente (DOS SANTOS, 2018; SALAZAR, 2016). Apesar das diferenças, logrou-se a concepção de uma carta constitucional que consagrava os Direitos da Natureza e do BV, cuja edificação seria desde uma visão dupla a partir de um regime de desenvolvimento e um regime do BV, vinculados numa mesma hierarquia e integrados através do sistema de planificação (JARAMILLO et al., 2014).

O regime do *Buen Vivir* compreende os sistemas de igualdade e inclusão social mais o reconhecimento e a implementação dos direitos da natureza, sendo seu capítulo na Constituição dedicado às dimensões como educação, saúde, seguridade social, cultura, ciência, biodiversidade, recursos naturais e patrimônio natural (JARAMILLO et al., 2014). Seu objetivo fundamental é assegurar a efetividade dos direitos constitucionais e o cumprimento de objetivos do regime de desenvolvimento, garantindo direitos amplos para pessoas, comunidades, povos, nacionalidades e coletivos (ÁLVAREZ, 2016). O regime de desenvolvimento é “o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais, que garantem a realização do *buen vivir*, do *sumak kawsay*. O Estado planificará o desenvolvimento do país para garantir o exercício dos direitos, a consecução dos objetivos do regime de desenvolvimento e os princípios consagrados na Constituição” (ECUADOR, 2008, p. 135, tradução dos autores).

Definem-se seis mecanismos para o regime de desenvolvimento: (i) planificação; (ii) soberania alimentar, expressa em suficiência, qualidade e respeito cultural; (iii) soberania econômica, através do sistema econômico social e solidário, do equilíbrio sociedade-Estado-mercado, da pluralidade da propriedade e de serviços financeiros que se considerem de ordem pública; (iv) setores estratégicos, que funcionem com baixo controle exclusivo do Estado, manejo através de empresas públicas e previsão de consulta popular no caso de novas áreas de exploração; (v) democratização da propriedade, provendo acesso equitativo a fatores de produção e combate aos monopólios; (vi) igualdade e trabalho, através do trabalho digno (ECUADOR, 2008; ÁLVAREZ, 2016).

O *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013* (PNBV I) se localiza no projeto da chamada “Revolução Cidadã”. Apresenta uma estratégia de longo prazo “que busca construir uma ‘*biopolis eco-turística*’, cujo desafio é conectar um novo modo de geração de riqueza e (re)distribuição pós-petroleira para o *Buen Vivir*” (SENPLADES, 2009, p.11, tradução dos autores). Tal estratégia visou atingir uma economia endógena e sustentável com alinhamentos de planificação de médio e longo prazo num horizonte entre 16 a 20 anos, onde seriam quatro momentos principais progressivamente.

A primeira fase assume a situação corrente de dependência dos bens primários para sustentar a economia e propõe uma acumulação para o início da transição e da redistribuição da renda. O

principal mecanismo seria a substituição seletiva de importações, que deveria ser direcionada aos seguintes setores: petroquímico, bioenergia e biocombustíveis, metalmecânico, biomedicina, farmacêutico, bioquímico, semicondutores e serviços ambientais. A mudança de matriz energética, por sua vez, passaria pelo fomento de energias renováveis e da melhoria da eficiência energética. As prioridades para essa fase estão na transferência de tecnologia aplicada e na formação de condições adequadas para o ecoturismo comunitário. A segunda fase indicava aumento do peso relativo da nova indústria nacional frente ao setor primário-exportador, além de consolidar o superávit energético. A terceira fase previa uma “estratégia de diversificação e substituição de exportações”, com a nova indústria nacional satisfazendo a demanda interna e gerando excedentes para exportações. Por fim, a quarta fase tem como objetivo fazer decolar os “biosserviços”, ou setor de “bioconhecimento”, e sua aplicação tecnológica, de forma que, em conjunto com o setor de turismo, haja um peso superior ao setor primário (ibid.).

No PNBV II (2013-2017) é possível observar uma inclinação com a tendência do “Socialismo do Século XXI” a partir da abordagem em prol do “Socialismo do *Buen Vivir*” como alternativa que, ademais de promover a melhoria da qualidade de vida, respeita a diversidade cultural, os ecossistemas e os direitos intergeracionais (SENPLADES, 2013). O documento ressalta a necessidade de avançar a diversificação produtiva para viabilizar a construção de um novo referencial de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o plano teria de continuar a responder ao problema do desemprego, da pobreza e da enorme desigualdade. Consequentemente, a melhora na produtividade aparece como necessidade impostergável para a transição a uma economia de alto valor agregado, e a diversificação teria de avançar também no setor agrícola visando um nível relativo de autossuficiência alimentar ao importar menos alimentos e garantir a produção da cesta básica (ibid, p.65 e 77).

Apesar de os planos para o BV expressarem a existência de uma estratégia de desenvolvimento, há críticas por terem sido constituídas de forma distanciada de setores sociais como movimentos indígenas e ecológicos. O exercício democrático é uma das dimensões fundamentais do BV, mas o que se viu ao longo dos mandatos de Correa e Alianza País não foi só um distanciamento, mas um aumento do enfrentamento com os setores que outrora apoiaram a coligação que consagrou a primeira vitória eleitoral e a realização da Constituinte. Buscou-se fortalecer o poder executivo ao invés da democracia participativa e plural, ficando célebres às referências de Correa ao “esquerdismo” ou “ecologismo infantil” (DÁVALOS, 2016; DOS SANTOS, 2018).

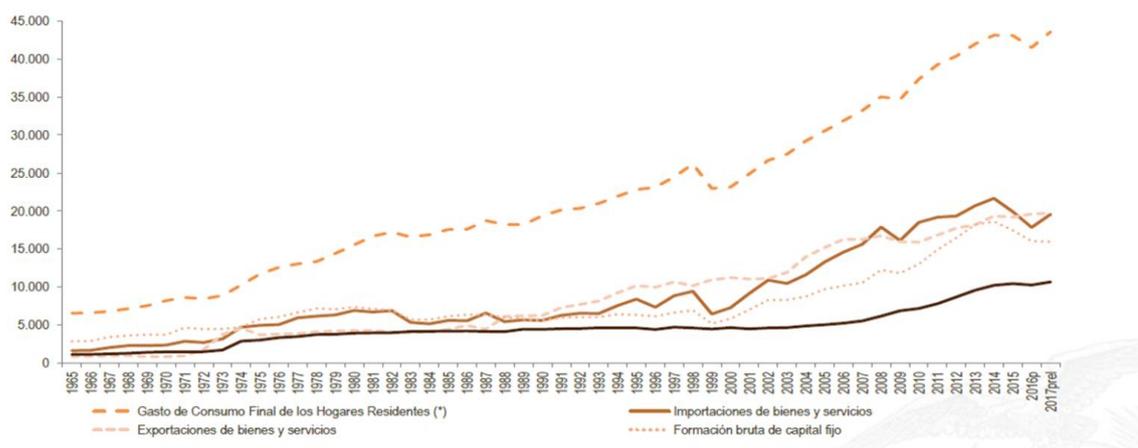
### **3. Trajetória da economia equatoriana sob o princípio do BV**

Para observar a dinâmica da estrutura produtiva do Equador, com base em Garcia Alvarez (2016), considera-se: (i) variação e composição do PIB ou do Valor Agregado Bruto (VAB) e da balança comercial para identificar tendências estruturais do sistema produtivo e comercial; (ii) ênfase

no comportamento setorial petrolero e não petrolero, para distinguir a heterogeneidade estrutural, e na matriz energética, como expressões das tendências extrativistas e pós-extrativistas; e (iii) dinâmicas de geração de emprego produtivo e fatores que configuram a insuficiência dinâmica. Em todas essas análises, busca-se identificar em especial as mudanças para o fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis, os biosserviços, energias renováveis etc., estabelecendo-se as pontes com o regime macroeconômico e a inserção do Equador na divisão internacional do trabalho.

Apesar de ter sido opositor à agenda de ajuste e à dolarização, Correa não se propôs a revertê-la. O que fez foi avaliar uma auditoria da dívida externa que levou à revisão de contratos firmados pelo governo (DOS SANTOS, 2018). Com uma forte restrição externa para o país, qualquer intenção de mudança substancial passava pela reconfiguração da capacidade do Estado de intervir na economia (MEIRELES, 2014). Houve um crescimento das receitas tributárias através redução da evasão fiscal e aumento de impostos diretos, além da revisão de contratos de exploração petrolífera que foram revistos e do aumento da produção por Empresas Públicas<sup>11</sup> do setor em 2010 substituindo empresas privadas que resolveram deixar o país (ECUADOR, 2018). A expansão do gasto de capital esteve direcionada à infraestrutura, como a ampliação da malha viária, enquanto o gasto corrente, como outra forma de reativação do poder estatal, superou em mais de 300% o gasto de três mandatórios anteriores (MEIRELES, 2014). A expansão da participação do setor público não-financeiro no PIB que passou de menos de 25% em 2006 para quase o dobro em cinco anos, enquanto a folha de pagamento mais do que triplicou entre 2005 e 2015 (DOS SANTOS, 2018). Ao analisar a evolução dos componentes do PIB sob a ótica da demanda (**gráfico 1**) é possível observar a tendência crescente de todos os componentes, principalmente do consumo doméstico.

**Gráfico 1 – Evolução dos principais componentes do PIB, milhões de US\$, -1965-2017. Fonte: Banco Central do Equador.**



<sup>11</sup> Sobre o regime de exploração do petróleo, em 2006 se reformou a Lei de Hidrocarbonetos, estipulando que o Estado receberia da exploração: prêmios de entrada, direitos de superfície, royalties, contribuições em obras e uma participação mínima de 50% da receita extraordinária gerada por oscilações nos preços internacionais do petróleo cru. Em 6 anos as receitas do Setor Público não-Financeiro foram duplicadas. Em 2010, nova reforma da Lei de Hidrocarbonetos, em paralelo com a reforma tributária, viabilizou um contrato único na modalidade “prestação de serviços” para as empresas privadas. Estas passam a pagar uma tarifa mínima ao Estado de 25% do preço do petróleo cru (JARAMILLO et al., 2014).

Os efeitos positivos da ação estatal no último período foram o dinamismo do mercado de trabalho, a tendência à distribuição da renda nacional e a diminuição da pobreza. Contudo, deve-se notar que a capacidade do gasto público como estímulo da economia se logrou graças ao aumento da renda do governo a partir das receitas com o aumento das exportações, sobretudo as petrolíferas.

Condições que favoreceram a intensificação da atividade extrativista: (i) as reduzidas taxas de juros nos países centrais favoreceram o fluxo de investimentos em carteira aos países da América Latina; (ii) o contexto de tendência à desvalorização do dólar possibilitava ganhos significativos com as exportações; (iii) o aumento do preço do petróleo, que virou componente dinâmico para o aumento do produto, principalmente com a renegociação dos contratos do governo com o setor, viabilizando o investimento em programas de transferência de renda condicionada e obras de infraestrutura, ampliando a política fiscal<sup>12</sup>; (iv) um novo aumento de demanda do setor externo por produtos da mineração, expressa no aumento substancial do Investimento Estrangeiro Direto (IED) na exploração mineral no período 2011-2018 (US\$ 3,41 bi), somas vindas de países como Canadá e Espanha (MEIRELES, 2014; DOS SANTOS, 2018; ECUADOR, 2020). Isso indica uma mudança no destino das exportações. Segundo o Atlas da Complexidade Econômica, 50,49% tinham os EUA como destino em 2006, e 27,85% em 2018; pouco mais de 3% tinham a Ásia como destino em 2006, depois 19,40% em 2018 (tendo a China como principal comprador na região). Como a transição para uma economia descarbonizada está ligada à mineração, os países do Centro, a China e parte da Ásia vêm demandando minérios da América Latina (PALMA, 2008).

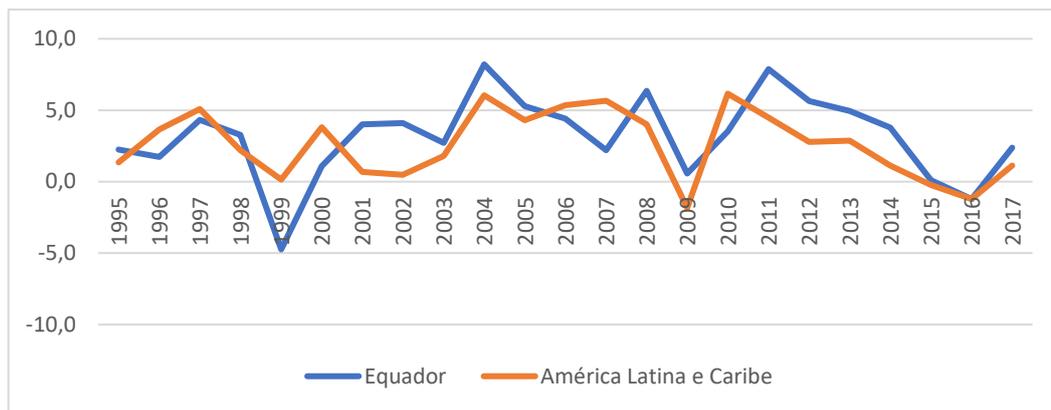
Essas condições estão ligadas a um processo de “reprimarização” das economias periféricas com o *boom* da demanda de bens primários num processo chamado por Svampa (2013) de “Consenso das *commodities*”. O problema, segundo Svampa, é que por mais que se gerem vantagens visíveis ao crescimento econômico e aumento das reservas monetárias, ao mesmo tempo são produzidas novas assimetrias e profundas desigualdades nas sociedades latino-americanas.

A comparação da taxa de crescimento do PIB equatoriano com a média da América Latina e Caribe (**Gráfico 2**) mostra dinâmicas semelhantes, com crescimento puxado pelas exportações de *commodities* a partir de 2003, queda do ritmo com a crise financeira internacional de 2008-2009, e uma superioridade do crescimento nacional em relação à região na média. Isso pode ser explicado em parte pela “externalidade positiva” da desvalorização do dólar, agora moeda oficial do país (MEIRELES, 2014). Com o crescimento econômico e as políticas sociais, o país logrou reduzir o coeficiente de Gini de 0,57 para 0,45 durante o período 2000-2016. Contribuiu para a redução das desigualdades a melhora na balança comercial do setor agrícola, o que seria uma evidência de início de mudança na estrutura produtiva (ORTEGA-PACHECO et al., 2018).

---

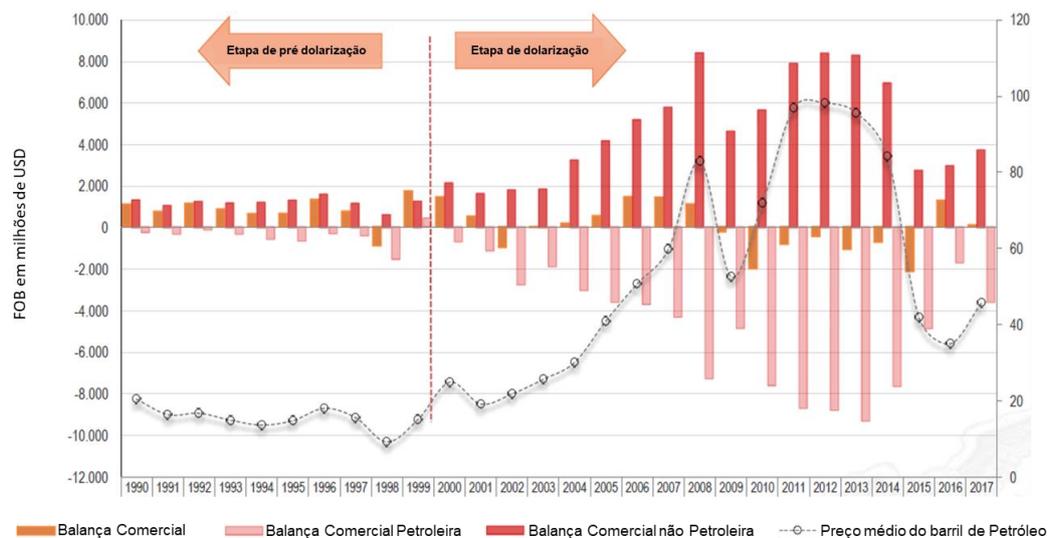
<sup>12</sup> Dávalos (2016) esclarece que o gasto público do país, pela arquitetura institucional, impede que a renda extrativista financie programas sociais; poderia ser (e foi) utilizada para investimentos e infraestrutura.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de crescimento do PIB comparado à média regional (1995-2017) (USD constantes). Fonte: CEPALSTAT



Em relação ao comércio externo, no **gráfico 3** vê-se que, embora o aumento do preço do petróleo tenha dinamizado o produto do país, os ganhos em termos de saldos da balança comercial vão de 2003 a 2007, em diante se observa uma tendência deficitária. A influência da exportação petrolífera fica também evidenciada na variação do PIB com o registro da atual tendência de desaceleração do crescimento a partir da queda dos preços do petróleo a partir de 2013.

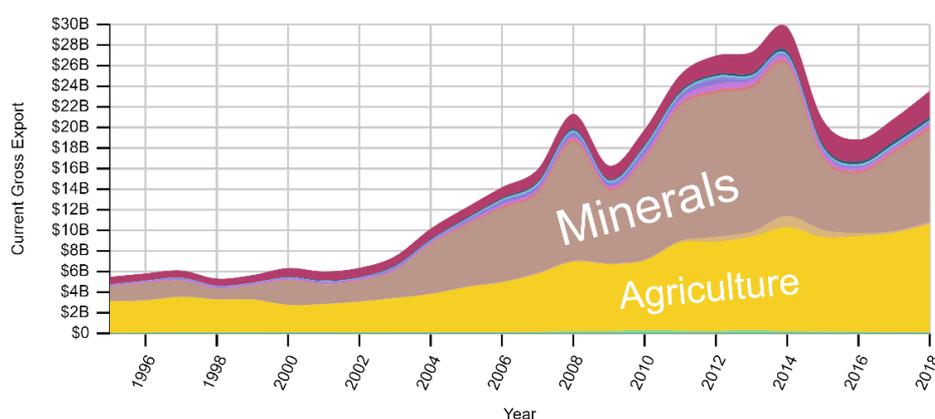
Gráfico 3 – Balança comercial total, petrolífera, não petrolífera e preço médio do barril de petróleo cru, milhões de US\$ FOB, 1990-2017. Fonte: Banco Central do Equador.



O dilema para tem sido manter o papel positivo do Estado através das receitas da atividade extrativista que não correspondem aos princípios do *Buen Vivir*, de forma que o caminho para a sustentabilidade com apoio da inovação biotecnológica fica mais improvável. O país caiu 9 posições no ranking de diversificação econômica entre 2003-2018. Foram 8 novos produtos adicionados à cesta de exportações, a maior parte minérios de metais preciosos, o restante são madeira serrada, ração animal, chumbo refinado em bruto e o produtos de agricultura como algas marinhas e vegetais comestíveis (ATLAS DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA., 2020). O fluxo das exportações no tempo (**gráfico 4**) reflete as tendências no nível dos preços do petróleo. O petróleo cru em 2018 compôs 33,46% das exportações, tendo chegado a 47,86% da cesta exportadora em 2014. Produtos

da agricultura como camarão e atum enlatado têm ganhado mais espaço entre as exportações. O cultivo de camarão tem um histórico como conflito ecológico distributivo no Equador, quando nos anos 1990 os direitos de propriedade de manguezais foram disputados contra comunidades inteiras que praticavam consumo sustentável nessa bioma (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Entre as exportações, o camarão elaborado passou de 3,8% em 2006 para 11,3% de toda a cesta exportadora em 2017 e o conjunto banana, café e cacau foi de 9,52% para 16,76% (ECUADOR, 2017). O crescimento das exportações desses produtos se relaciona com a entrada do Equador no *Acuerdo Multipartes* (ACM) com a União Europeia, num arranjo de abertura econômica que envolve Colômbia e Peru, tendo a adesão dos dois países pressionado o Equador a temer a perda de competitividade nas exportações não-petroleiras (INEC, 2017). Os produtos citados são do primeiro grupo da retirada de tarifas alfandegárias.

Gráfico 4 – Fluxo de exportações por setor 1997-2018. Fonte: ATLAS DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA



O investimento público foi definido como instrumento para impulsionar um modelo de crescimento que melhorasse a competitividade sistêmica (ÁLVAREZ, 2016) e foi um indicador que sofreu com as volatilidades do setor externo e as mudanças de orientação política no Executivo: passou de 4,9% do PIB em 2005 para 11,2% em 2008, chegando ao maior nível em 2013 com 14,8% e a partir de então até os níveis de 8,3%, 6,0% e 3,7%, de 2017, 2018 e 2019, respectivamente (BCE, 2020). Parte substancial do investimento público foi para projetos de infraestrutura, alguns visando a matriz energética de forma que se investiu na construção de nove projetos hidroelétricos para superar a dependência de energia proveniente de combustíveis fósseis (ÁLVAREZ, 2016).

Davalos (2016) entende o consumo e as exportações como a essência da dinâmica macroeconômica do Alianza País. O primeiro ampliou as classes médias, fortalecendo-as enquanto operadores políticos e econômicos. As exportações, que passaram pelo processo de “reprimarização” e espelham o ciclo mundial das *commodities*, expressam as especulações e a financeirização do sistema-mundo capitalista. Seu argumento para essa tese está justamente no papel do investimento público, direcionado quase unicamente para a expansão do extrativismo e à integração territorial das zonas extrativistas em direção aos portos, aeroportos e zonas de transporte multimodal, ligando à

economia global. No entanto, parece equivocada a conclusão de que o investimento público se desvinculou da reativação produtiva nacional, como será mostrado um pouco mais à frente.

A queda dos preços internacionais das matérias-primas, em especial do petróleo, acentuou o déficit do balanço de pagamentos e para mitigar esse desequilíbrio comercial, recorreu-se ao endividamento externo. Em 2009, a dívida externa do país teve nível mínimo histórico de 12% do PIB (DOS SANTOS, 2018), porém a partir de 2014 com o início da queda dos preços internacionais a tendência crescente ao endividamento faz-se notar com retornos aos níveis iniciais da “Revolução Cidadã”. Os problemas se agravaram com o terremoto de 2016, que causou a morte de 671 pessoas e significante danos à infraestrutura do país, o que levou aos saques de SDR (Direitos Especiais de Saque) junto ao FMI. Mais recentemente, ao aprovar um pacote de US\$ 4,2 bilhões ao país, o Fundo avaliou que o crescimento do nível de salários estariam sendo um impedimento para a melhoria da produtividade, além de sugerir implicitamente que a atuação do Estado nos últimos anos impede o *crowding-in* dos investidores privados na economia (IMF, 2019). Davalos (2016) argumenta que não se viu qualquer efeito de *crowding out* com o investimento público, tese que se confirma com o crescimento nos fluxos de entrada de IED sobre os recursos naturais do Equador.

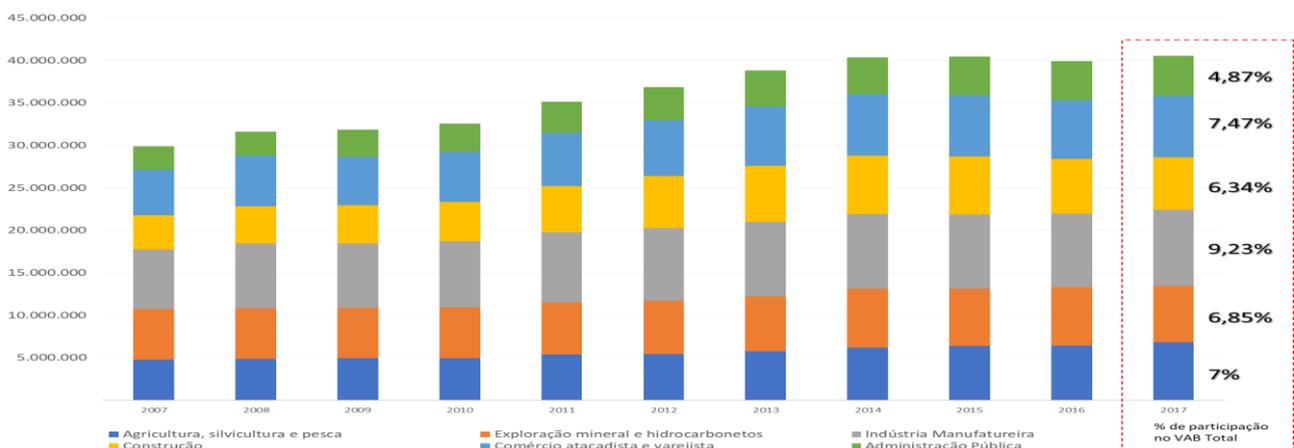
Em relação ao emprego, o ritmo da atividade econômica fez o país atingir níveis de desemprego entre 4,3% e 5,0% entre 2009 e 2014, com o nível de emprego adequado e pleno tendo chegado a mais de 56% em 2014. O subemprego chegou na mínima de 7,7% em 2012, mas com arrefecimento da atividade econômica nos últimos anos voltou a crescer e ultrapassou 18% (BCE, 2018). Porém, deve-se considerar que no período 1970-2006, o subemprego permaneceu entre 45% e 50%. Ao mesmo tempo, as taxas de desemprego permaneceram altas, próximas a 10%, com exceções em anos específicos, como 1999, quando o desemprego atingiu 14% do PEA (ÁLVAREZ, 2016). Assim, ainda que a situação do crescimento da informalidade seja preocupante, o país parece ter uma estrutura de emprego melhor assentada após o ciclo progressista.

Em 2017, a bioeconomia registrou 20% dos empregos, o equivalente a 1,53 milhões de trabalhadores. É menos do que os 46% do setor de serviços e mais do que 5% da indústria manufatureira, 8% da construção e 8% do setor de energia elétrica. Dentro da bioeconomia, 76% dos empregos foram gerados na bioagricultura e o restante ficou entre a bioindústria, biomanufatura e bioenergia. Os salários do setor representam somente 10% do total, numa proporção em que os salários da manufatura têm peso significativo de 22%. Na média, um trabalhador da bioeconomia recebe US\$ 207 por mês, o que é menos do que o salário-mínimo mensal. A situação reflete a existência de condições inadequadas de trabalho e alta informalidade no setor, principalmente no setor primário (ORTEGA-PACHECO et al., 2021). Entretanto, cabe ressaltar que na definição de bioeconomia se incluem produtos (banana, café, cacau, pesa, camarão) cuja produção e/ ou extração não necessariamente, se não raramente, correspondem à mudança estrutural com base em novas

tecnologias verdes que também satisfazem o BV.

Analisando os índices de valor agregado bruto (VAB) (**gráfico 5**), é possível observar uma evolução de 2007 a 2014 na indústria manufatureira com aumento de 26%, mas a continuidade é de estagnação para esse setor. O setor de construção teve aumento expressivo de 53% durante o período 2007-2017. São aumentos em parte induzidos pelo investimento público, através das obras de infraestrutura. Então o ganho geral para a atividade econômica é expressivo. A estrutura produtiva indica o que já ficou evidenciado sobre aumento do consumo doméstico com o crescimento do PIB no período, pois analisando o **gráfico 6** vemos que entre os setores da indústria manufatureira o que teve mudança substancial foi o de alimentos e bebidas, mostrando um aumento da composição relativa geral. Setores de maior complexidade tecnológica como máquinas compõem um peso mínimo de valor adicionado da indústria. A composição da formação bruta de capital fixo por indústria também serve de indicador de que não houve alteração no comportamento do investimento privado para alterar a estrutura produtiva para outros setores que não o de serviços em mais de 70% (BCE, 2020).

Gráfico 5 - Valor Agregado Bruto por setores selecionados. Fonte: BCE (2017)



Conceitualmente, o valor adicionado é composto pela soma das remunerações do capital e do trabalho. No VAB total de 2017, a bioeconomia representa 14% do que foi adicionado, vale notar que existe uma participação equitativa entre os setores primário (bioagricultura) e secundário (bioindústria e biofabricação de produtos agrícolas e animais). Com uma baixa remuneração do fator trabalho no setor primário da bioeconomia, esta grande contribuição para o valor agregado bruto seria explicada por um maior retorno para o fator capital neste setor (ORTEGA-PACHECO et.al.,2021).

O valor adicionado no setor de construção ocorreu via investimento público em infraestrutura e o financiamento desse gasto se sustentou com a melhora na posição fiscal e com endividamento externo com o governo da China e, em menor medida, do Brasil, dentro da geopolítica da IIRSA-Cosiplan (DAVALOS, 2016). A meta proposta era lograr um salto de energia hidráulica de 40% do total em 2012 a 90% no ano de 2020. Um passo intermediário seria duplicar ao ano 2016 a potência

elétrica atual de 3.770 a 6.779 MW (ÁLVAREZ, 2016). Em abril de 2020, a potência efetiva dessa modalidade se encontrava em 62,51%, e a produção total em 77,0% (Tabela 1). Apesar de não ter atingido a meta na íntegra, aparentemente houve um avanço nada desprezível, porém, algumas às custas de conflitos territoriais e ecológicos com as comunidades locais (DAVALOS,2016). Atualmente, o país praticamente não tem necessidade de importar energia elétrica, como fazia anteriormente.

Gráfico 6 - Peso relativo na indústria manufatureira (Valor Adicionado), 2006 e 2016, USD. Fonte: UNIDO INDSTAT2.

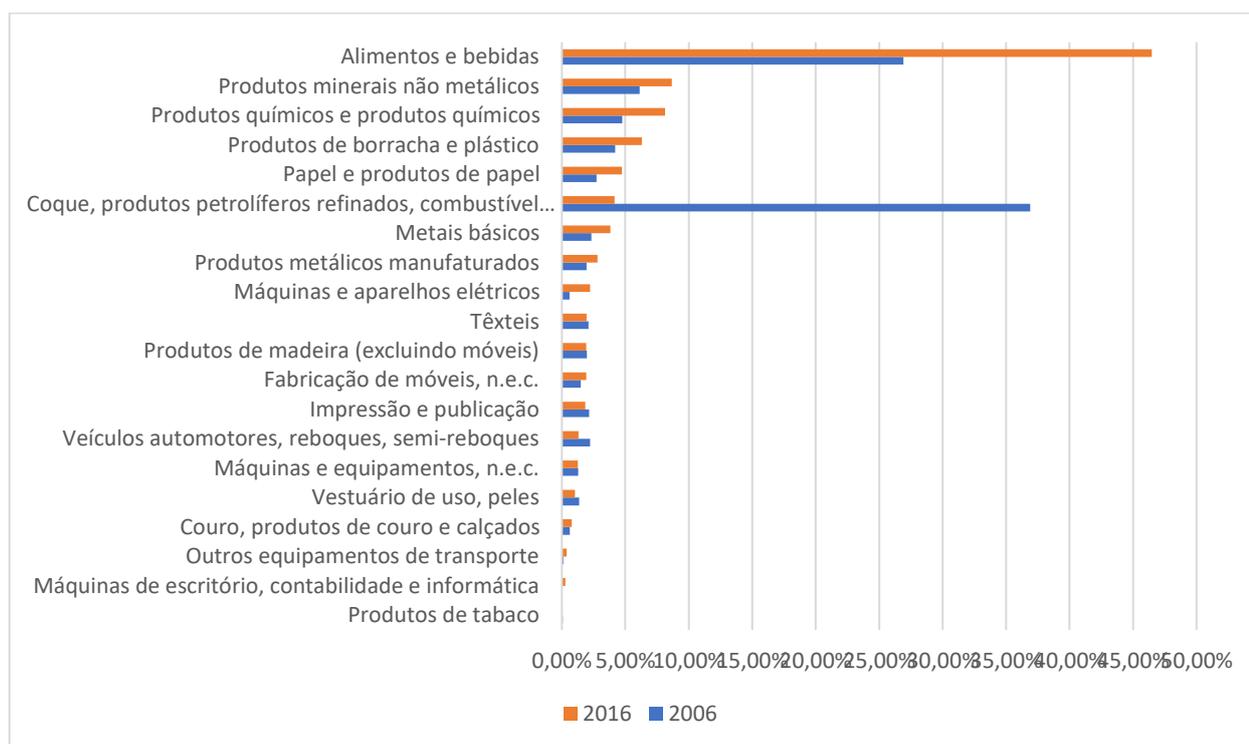


Tabela 1 – Potência efetiva e produção de energia elétrica para abril de 2020

| Potência Efetiva em Geração de Energia Elétrica |                      | MW              | %              | Produção Total de Energia e Importações |                      | GWh              | %             |
|---|----------------------|-----------------|----------------|---|----------------------|------------------|---------------|
| Energia Renovável                               | Hidráulica           | 5.046,63        | 62,51%         | Energia Renovável                       | Hidráulica           | 24.691,89        | 77,07%        |
|   | Eólica               | 21,15           | 0,26%          |   | Eólica               | 83,21            | 0,26%         |
|   | Fotovoltaica         | 26,74           | 0,33%          |   | Fotovoltaica         | 37,04            | 0,12%         |
|   | Biomassa             | 133,4           | 1,69%          |   | Biomassa             | 423,9            | 1,32%         |
|   | Biogás               | 6,5             | 0,08%          |   | Biogás               | 41,64            | 13,00%        |
| <b>Total Energia Renovável</b>                  |                      | <b>5.237,42</b> | <b>64,87%</b>  | <b>Total Energia Renovável</b>          |                      | <b>25.277,68</b> | <b>78,89%</b> |
| Não-Renovável                                   | Térmica MCI          | 1.638,61        | 20,30%         | Não-Renovável                           | Térmica MCI          | 4.486,24         | 14,00%        |
|   | Térmica Turbogás     | 743,60          | 9,20%          |   | Térmica Turbogás     | 1.117,74         | 3,49%         |
|   | Térmica Turbop vapor | 453,68          | 5,62%          |   | Térmica Turbop vapor | 1.151,51         | 3,59%         |
| <b>Total Energia Não-Renovável</b>              |                      | <b>2.835,89</b> | <b>35,13%</b>  | <b>Total Energia Não-Renovável</b>      |                      | <b>6.755,50</b>  | <b>21,08%</b> |
| <b>Total Produção Nacional</b>                  |                      | <b>8.073,31</b> | <b>100,00%</b> | <b>Total Produção Nacional</b>          |                      | <b>32.033,18</b> | <b>99,98%</b> |

Fonte: (AGENCIA DE CONTROL Y REGULACION DE ELECTRICIDAD, 2020)

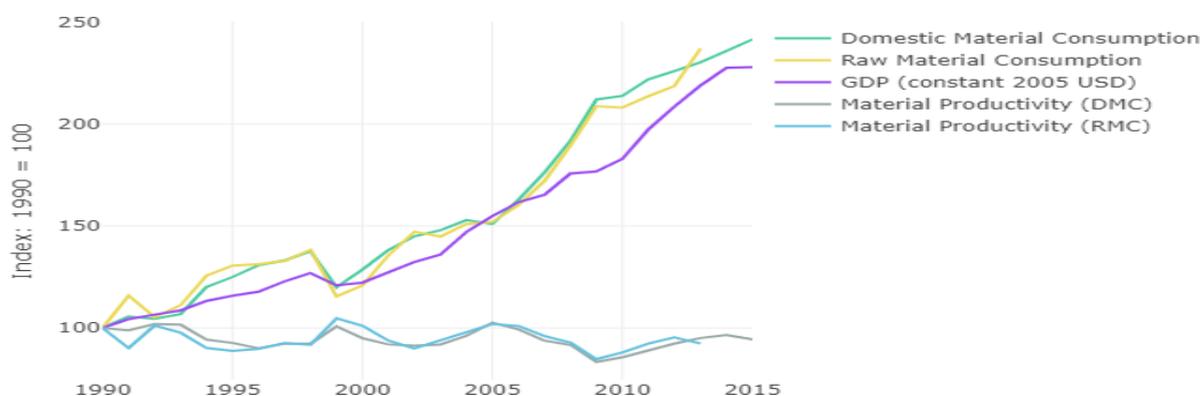
A predominância da energia hidrelétrica no aumento da capacidade do setor elétrico vai de encontro principalmente à demanda das atividades de mineração e da indústria petroquímica. Então,

mesmo com uma combinação de nível nacional e internacional em orientar a expansão dessa nova infraestrutura, a demanda global aparece como fator-chave, pois uma quantidade substancial dos resíduos e impactos dessas atividades, particularmente os componentes perigosos, é derivada de atividades orientadas para a exportação (LATORRE; FARRELL; MARTÍNEZ-ALIER, 2015).

A capacidade potencial energética do país pode ser assumida como não-bioeconômica, como assumiram Ortega-Pacheco et.al. (2021), mas os dados recortados de produção para um mês mostram que há boa capacidade para aproveitar as fontes bioenergéticas. O estudo dos autores também sugere que o país pode aproveitar fontes abundantes de biomassa a partir da produção de banana, arroz, grãos de milho, cana-de-açúcar e madeira. Outras possibilidades citadas para a geração de biotecnologia poderiam ocorrer dos resíduos de processamento do camarão, do café e do cacau.

Ao examinar os fluxos materiais é possível trabalhar com a dimensão do “metabolismo social”, conceito que permite o estudo de como as sociedades organizam o intercâmbio de energias e materiais com o mundo natural (SAMANIEGO; VALLEJO; MARTÍNEZ-ALIER, 2017). Nesse sentido, pode-se observar a produtividade material, que é a medida de quão eficiente é uma economia na utilização de matérias-primas através do que se chama na literatura de desacoplamento (*decoupling*) (WU-VIENNA, 2018). O gráfico 7 descreve a tendência extrativista no Equador com maior consumo material de matérias primas e no nível da economia doméstica, enquanto a produtividade nos mesmos níveis não apresenta quaisquer avanços.

Gráfico 11 – Níveis de produtividade material no Equador 1990-2015. FONTE: MATERIALFLOWS



Um episódio emblemático foi a decisão de explorar o petróleo no Parque Nacional do Yasuní, desmontando a iniciativa de manter no subsolo um significativo volume de petróleo com o apoio financeiro da comunidade internacional para proteger o território, conservar uma concentração de biodiversidade, apoiar a transição pós-petroleira e cuidar do clima global (ACOSTA, 2016). A decisão de realizar o leilão de blocos de exploração nessa região foi simbólica para que se passasse a ver a mudança da matriz produtiva como uma retórica (DOS SANTOS, 2018). Constatou-se que a incidência de conflitos ecológicos distributivos se manteve inalterada numa análise histórica de 1980-2013, com o país sendo, além de um fornecedor tradicional de matérias-primas, um exportador

“virtual” de petróleo futuro, aprofundando o papel do país na cadeia de acumulação global de capital (LATORRE; FARRELL; MARTÍNEZ-ALIER, 2015). Em uma análise multicriterial, estimou-se que a manutenção da iniciativa Yasuní-ITT, poderia criar um cenário de preservação de uma sensibilidade ambiental e social, criando condições favoráveis para uma transição econômico para uma economia com setores de energia renovável e turismo de baixo impacto ambiental, além de posicionar o país em uma posição mais vantajosa na política internacional (VALLEJO et al., 2015).

Para a geração de bioconhecimento se reconhece que o processo de redescobrimto com a natureza que o país passou através da incorporação do BV trouxe um legado histórico. Cresceram as pesquisas sobre a biodiversidade do país andino, assim como o turismo para as áreas protegidas por parte da população nacional e de estrangeiros. A implementação efetiva das novas estratégias para a biodiversidade podem ser um caminho para fazer do país uma referência no bioconhecimento e na biotecnologia (MAA, 2016) .

## **Conclusões**

Assim, o ciclo dos governos da parceria de Rafael Correa com o Alianza País ficaram reconhecidos em análises anteriores por integrarem o “consenso das *commodities*” (SVAMPA, 2013), em que é possível observar a expansão da fronteira extrativista. Fica evidente a manutenção geral da posição do Equador nas cadeias produtivas de valor como fornecedor de matérias-primas, com a diferença de possuir agora novos parceiros comerciais. Em outro trabalho, se colocou corretamente que houve avanços insuficientes e políticas contraditórias em relação às mudanças na estrutura produtiva e priorização de setores de diversificação (EGUILUZ; ETXANO, 2017).

Em termos de política, não houve mudanças substanciais de orientação que pudesse estabelecer de fato uma relação entre diversificação produtiva e o BV enquanto objetivo de qualidade de vida e de relação harmônica com a natureza, como se definiu nos PNBV I e II. A manutenção do extrativismo para sustentar a dinâmica de redução das desigualdades acabou por criar uma dicotomia inconcebível entre bem-estar material e sustentabilidade ecológica. A recente ampliação de abertura comercial via o ACM com a UE vai na contramão da diversificação produtiva que dialoga com os preceitos do BV. O crescente aumento das exportações de poucos produtos agrícolas expressa essa tendência e coloca a necessidade de retomar projetos de integração regional.

Não há uma variável chave para o BV quando se pensa no enfoque do desenvolvimento humano e no enfoque do desenvolvimento endógeno. O que poderia ser chave para essa dimensão de análise seria observar tendência com novas relações socioeconômicas, ambientais e culturais (ÁLVAREZ, 2016). Os conflitos com os movimentos ecológicos são um sinal preocupante sobre a capacidade das comunidades de exercerem poder decisório sobre o uso da terra e dos seus produtos. Coincide com uma análise sobre a política agrária equatoriana que descreve como a intervenção do

Estado na agricultura sustentou as transformações das relações de poder dentro deste ramo da economia, não para as tornar mais justas, mas sim para reforçar o poder/sobrevivência ou, em outras palavras, o domínio do capital personificado (MADRID TAMAYO, 2019). Também coincide com o que foi citado a respeito da precariedade do trabalho nos setores de bioeconomia, sendo mais um elemento da configuração contraditória no Equador contemporâneo: persiste uma matriz produtiva primário-exportadora, mas ao mesmo tempo se deram avanços sociais como o acesso a infraestrutura e redução da desigualdade (ÁLVAREZ, 2016). O sucesso na redução das desigualdades e ampliação da estrutura produtiva é certamente uma conquista importante do período da “Revolução Cidadã”, tal qual se observou em outros países da região. Logrou-se superar uma profunda crise sistêmica que levou à medidas trágicas como a dolarização e a implementação de políticas sociais.

Em relação à dependência da atividade petrolífera, esse ainda é um motivo de preocupações não só pela volatilidade dos preços internacional mas também por se estimar que as reservas provadas de petróleo cru do Equador podem se esgotar em meados de 2026 (TORRES; ZUMÁRRAGA; LÓPEZ, 2020). A expansão da fronteira extrativista para áreas ecologicamente sensíveis deve ser evitada, assumindo o princípio da precaução de forma a fortalecer a percepção social para uma sociedade pós-petróleo (VALLEJO et al., 2015). Por tudo isso, a hipótese de que a evolução da economia equatoriana não possibilitou o desenvolvimento tal como definido nas formulações originais de *Buen Vivir* parece correta. A estratégia definida nos planos de desenvolvimento visando a mudança de matriz produtiva não parece suficiente para a superação da heterogeneidade estrutural e para os objetivos do *Buen Vivir* – ao contrário, tem reforçado a dependência e o atraso.

Questão pouco discutida domesticamente, mas muito relevante, é a saída da dolarização. Paredes (2017) analisa que a recuperação da política cambial seria a condição principal para uma nova matriz produtiva. Sua defesa está no exemplo da experiência do Sudeste Asiático para promover exportações de indústrias nascentes. Outro argumento para rever a medida é reconhecer que ainda existe grande incerteza monetária, pois a dolarização parece sobreviver com o extrativismo, as remessas de expatriados, a dívida e com o manejo das reservas internacionais (ACOSTA; CAJAS-GUIJARRO, 2020).

Para a América Latina, a experiência histórica mostra que o aproveitamento de recursos naturais para desenvolvimento de tecnologias limpas próprias e em consonância com a vontade dos povos não ocorrerá espontaneamente em resposta aos sinais de preços do mercado, mas através de políticas industriais e tecnológicas ativas (CEPAL, 2018). No caso do Equador, como um país pequeno de economia aberta dependente do petróleo, a melhor possibilidade no desenvolvimento desse tipo de política parece estar conectada com uma integração regional profunda.

## Referências

- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.
- ACOSTA, A.; CAJAS-GUIJARRO, J. Ecuador... 20 años no es nada: a dos décadas del mito dolarizador. **Revista Economía**, v. 72, n. 115, p. 15–32, 2020.
- ACOSTA, A.; GUIJARRO, J. C. Ocaso y muerte de una revolución que al parecer nunca nació: reflexiones a la sombra de una década desperdiciada. **Revista Ecuador Debate**, v. 6, n. 98, p. 32, 2016.
- ALVARADO TORRES, R.; POSSO ZUMÁRRAGA, M.; POSSO LÓPEZ, M. El extractivismo en Sudamérica: ¿Por qué no nos ha desarrollado? Una lectura desde el Ecuador. **Revista Economía**, v. 71, n. 113, p. 107–123, 2020.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal v.1**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la cepal: Estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista de la CEPAL**, v. 2009, n. 97, p. 173–194, 2009.
- CARDOSO, F. G. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. Jundiá: Paco Editorial, 2018.
- CARDOSO, F. G.; REIS, C. F. D. B. Centro e Periferia nas Cadeias Globais de Valor: uma interpretação a partir dos pioneiros do desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 3, p. 1–32, 2018.
- CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago: CEPAL, 1994.
- CEPAL. **Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe: as tensões comerciais exigem uma maior integração regional**, 2018.
- CONSEJO SECTORIAL DE LA PRODUCCIÓN. **Agenda para la Transformación Productiva**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[http://www.produccion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/Agenda\\_Productiva\[1\].pdf](http://www.produccion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/Agenda_Productiva[1].pdf)>.
- CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA-ÁLVAREZ, S. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. **Iberoamerican Journal of Development Studies**, v. 5, n. 2, p. 30–57, 2016.
- DÁVALOS, P. **Reflexiones Sobre El Sumak Kawsay ( El Buen Vivir ) Y Las Teorías Del Desarrollo**.
- DÁVALOS, P. **Alianza PAIS o la reinención del poder: siete ensayos sobre el posneoliberalismo en el Ecuador**. Bogotá: Desde abajo, 2016.
- DOS SANTOS, F. L. B. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.
- ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**, 2008. Disponível em: <[http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/%0Aconstitucion\\_de\\_bolsillo.pdf](http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/%0Aconstitucion_de_bolsillo.pdf)>
- ECUADOR. **Estadísticas Macroeconómicas: presentación coyuntural** Quito, 2020.
- ECUADOR, B. C. DEL. **Cuentas Nacionales n.30 (2007-2017p)** Quito, 2017.
- ECUADOR, B. C. DEL. **Estadísticas macroeconómicas presentación estructural**. 2018.
- ELECTRICIDAD, A. DE R. Y C. DE. **Balance Nacional de Energía Eléctrica a abril de 2020** Quito Ecuador, , 2020.
- ESCOBAR, A. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010.
- ESCOBAR, A. ¿«Pachamámicos» versus «Modérmicos»? **Tabula Rasa**, n. 15, p. 265–273, 2011.
- FAJNZYLBER, F. **Industrialización en América Latina: De la “Caja Negra” al “casillero vacío”**. Santiago: CEPAL, 1990.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. **Essencial Celso Furtado**, p. 167–175, 1974.
- GARCIA ÁLVAREZ, S. **Sumak kawsay o buen vivir como alternativa al desarrollo en Ecuador**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2016.
- GRAMKOW, C. O Big Push Ambiental no Brasil. **Série Perspectivas- Fundação Firdrich Ebert**, n. 20, p. 31, 2019.
- GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. [s.l.: s.n.]. p. 175–212.
- GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: **La medición del progreso y el bienestar. Propuestas desde América Latina**. México DF: Foro Consultivo Científico y Tecnológico de México, 2011. p. 103–110.
- HAUSMANN, R. et al. **The Atlas of Economic Complexity**. Disponível em: <<https://atlas.cid.harvard.edu/>>. Acesso em: 19 dez. 2012.
- HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Orto y ocaso del buen vivir en la planificación nacional del desarrollo en Ecuador (2007-2021). **América Latina Hoy**, v. 78, n. 0, p. 37, 2018.
- HUANACUNI, F. **Buen Vivir / Vivir Bien Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), 2010.
- IMF. Consultation and Request for an Extended Statement Under the Extended Fund Facility. n. 19, 2019.
- INEC. **Panorama Laboral y Empresarial del Ecuador**, 2017.
- LATORRE, S.; FARRELL, K. N.; MARTÍNEZ-ALIER, J. The commodification of nature and socio-environmental resistance in Ecuador: An inventory of accumulation by dispossession cases, 1980-2013. **Ecological Economics**, v. 116, p. 58–69, 2015.

- LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- MADRID TAMAYO, T. La política agraria en Ecuador (1965-2015). **Revista Economía**, v. 70, n. 112, p. 89–120, 2019.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- MEDEIROS, C. A. DE. Os dilemas da integração sulamericana. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 3, n. 5, p. 213–254, 2008.
- MEIRELES, M. **Soberanía Monetaria y Alternativas de Desarrollo en Ecuador desde el Pensamiento Económico Latinoamericano**. [s.l.] Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.
- MINISTERIO COORDINADOR DE POLÍTICA ECONÓMICA. **Agenda De La Política Económica para el Buen Vivir 2011-2013**Agenda. Quito: [s.n.].
- MINISTERIO DE AMBIENTE Y AGUA. **Estrategia Nacional de Biodiversidad 2015-2030**, 2017. Disponível em: <<http://maetransparente.ambiente.gob.ec/documentacion/WebAPs/Estrategia Nacional de Biodiversidad 2015-2030 - CALIDAD WEB.pdf>>
- MORAES, I. A. DE; MORAIS, L. P. Política econômica no Pachamamismo do Buen Vivir: um estudo teórico. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 17, p. 128–152, 2020.
- MUÑOZ JARAMILLO, F. et al. **Balance crítico del Gobierno de Rafael Correa**. Quito: Universidad Central del Ecuador, 2014.
- MYRDAL, G. **Economic Theory Under-Developed regions** London General Duckworth & Co., , 1957.
- OLEAS-MONTALVO, J.; FALCONÍ, F. Citizens' revolution and international integration. **Latin American Perspectives**, v. 43, n. 1, p. 124–142, 2016.
- ORTEGA-PACHECO, D. et al. Hacia una bioeconomía sostenible: un enfoque desde Ecuador. n. August, 2018.
- ORTEGA-PACHECO, D. et al. Social and Economic Contribution of the Bioeconomic Sector in Ecuador: A Methodological Approach. In: **Sustainable Bioeconomy: Pathways to Sustainable Development Goals**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2021. p. 347.
- PAREDES, G. J. Ecuador: ¿Por qué salir de la dolarización? **Cepal Review**, v. 2017, n. 121, p. 149–167, 2017.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. [s.l: s.n.].
- QUANG, M. LE; VERCOUTÉRE, T. **Ecosocialismo y Buen Vivir: diálogo entre dos alternativas al capitalismo**. Quito: Editorial IAEN, 2013.
- RAMÍREZ, R. Socialismo del Sumak Kawsay o biosocialismo republicano. **Secretaría Nacional de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación**, n. July, p. 53, 2010.
- RODRÍGUEZ SALAZAR, A. **Teoría y práctica del Buen Vivir: Orígenes, debates conceptuales y conflictos sociales. El caso de Ecuador**. [s.l: s.n.].
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. **The Economic Journal**, 1943.
- SAMANIEGO, P.; VALLEJO, M. C.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Commercial and biophysical deficits in South America, 1990–2013. **Ecological Economics**, v. 133, p. 62–73, 2017.
- SENPLADES. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural** Quito, 2009.
- SENPLADES. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017** Quito, 2013.
- SENPLADES. **Agenda Regulatoria para la Transformación Productiva** Quito, 2014.
- SVAMPA, M. Consenso de las commodities. **Nueva Sociedad**, v. 244, p. 30–46, 2013.
- VALLEJO, M. C. et al. Leaving oil underground in Ecuador: The Yasuní-ITT initiative from a multi-criteria perspective. **Ecological Economics**, v. 109, p. 175–185, 2015.
- VILLALBA-EGUILUZ, C. U.; ETXANO, I. Buen Vivir vs Development (II): The Limits of (Neo-)Extractivism. **Ecological Economics**, v. 138, p. 1–11, 2017.
- WU-VIENNA. **The Material Flow Analysis Portal**, 2018. Disponível em: <<http://www.materialflows.net/>>